



[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AP', 'Assis', 'Fátima', and '19'.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade:

Centro de Recuperação e Integração de Fátima - CRIF

NIF: 501 130 020

1.2 Sede:

Rua das Pedreiras, Moimento

2495-650 Fátima

1.3 Natureza da atividade:

O CRIF (Centro de Reabilitação e Integração de Fátima) é uma Associação de Utilidade Pública sem fins lucrativos, constituída a 12 de Outubro de 1976, para dar resposta a crianças e jovens com deficiência.

Assim, o CRIF, enquanto resposta na área da deficiência foi-se desenvolvendo no sentido de suprir as necessidades inerentes a esta população. Actualmente, sendo uma Instituição que desenvolve serviços ao nível da reabilitação, saúde, educação, formação, ocupação e participação, dispõe de serviços nas seguintes áreas:

- Ensino Especial;
- Reabilitação Profissional (RP);
- Actividades Ocupacionais (CAO);

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Identificação do referencial contabilístico para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) aprovadas pelo DL. n.º 98/2015 de 02/06.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º 220/2015 de 24/07), o Código de Contas (Portaria n.º 220/2015 de 24/07) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) (Aviso n.º 8259/2015).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) nº. 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

1.1. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a NCRF-ESNL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2016 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

-----S TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com a NCRF_ESNL, que a seguir se identificam:

Continuidade:

O Centro de Reabilitação e Integração de Fátima - CRIF não pressupõe, no futuro, alterações significativas nas políticas contabilísticas utilizadas, pelo que, as demonstrações financeiras continuaram a ser elaboradas de acordo com o princípio da continuidade.

Regime do acréscimo:

As transações encontram-se contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas «Outras Contas a Receber e a pagar» e «Diferimentos».

Consistência:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes com o relatado no exercício económico anterior, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, considerando o referido no ponto 2.3 e 3.5.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela natureza da sua materialidade. A materialidade depende da quantificação, omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras apresentadas.

Compensação:

É importante que os ativos e passivos sejam relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, não devendo ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A elaboração das Demonstrações Financeiras deve respeitar o princípio da continuidade e consistência ao longo do tempo. A alteração das políticas contabilísticas utilizadas, origina que as quantias comparativas devam ser reclassificadas de acordo com a sua natureza e que seja divulgado a razão da sua reclassificação.

Acontecimentos subsequentes:

Os acontecimentos subsequentes após a data de balanço que proporcionarem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se considerados materiais.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**a) Políticas de Reconhecimento****Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos Fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção de alguns imóveis, conforme descrito na nota 4.1. deste Anexo. O custo de

aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, assim como quaisquer outros custos associados à compra do ativo.

As depreciações são calculadas, considerando a data de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Créditos a Receber

Os clientes e outras contas a receber está mensurado pelo método do custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade. As dívidas dos clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que a Instituição não aplica juros de mora.

Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros, encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Inventários

Os inventários são valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Subsídios do Governo

Os subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica “Subsídios, dotações e legados à exploração”.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas contabilísticas

Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas na preparação das demonstrações financeiras, diferentes das estabelecidas pelas NCRF-ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos a períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registos de imparidade dos ativos.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram qualquer alteração de estimativas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas.

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

4.3 Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equip. transporte	Equip. admin.	Ativos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis	---	---	10-20 anos	3 - 8 anos	---	3 - 8 anos	---	4 – 8 anos
Taxas de depreciação	0%	0%	10,00% - 5,00%	33,33% - 12,50%	---	33,33% - 12,50%	---	25,00% - 12,5%
Métodos de depreciação	---	---	Método linha reta	Método linha reta	---	Método linha reta	---	Método linha reta

4.4 Montante a natureza dos bens do domínio público, do património histórico, artístico e cultural e outros ativos fixos tangíveis

A reconciliação da quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis em 2017 e 2016, são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada
Bens Domínio publico	0	0	0	0	0	0
Bens património HAC	0	0	0	0	0	0
O. activos fixos tangíveis	3.243.489,32	1.385.818,40	1.857.670,92	3.271.473,52	1.454.182,05	1.817.291,47
Total	3.243.489,32	1.385.818,40	1.857.670,92	3.271.473,52	1.454.182,05	1.817.291,47

As quantias escrituradas brutas, no início e fim do período, das aquisições, revalorizações, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Bens do domínio publico	Bens do Património HAC	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
Activos	0	0	3.271.473,52	3.271.473,52
Saldo Inicial			3.243.489,32	3.243.489,32
Aquisições			2.396,78	2.396,78
Alienações			0,00	0,00
Transf. e abates			25.587,42	25.587,42
Revalorizações			0,00	0,00
Inv. em curso			0,00	0,00
Saldo Final			3.271.473,52	3.271.473,52
Depr. acumuladas	0	0	1.454.182,05	1.454.182,05
Saldo Inicial			1.385.818,40	1.385.818,40
Depr. do Exercício			68.363,65	68.363,65
Perdas Imparidade			0,00	0,00
Reversões Perdas			0,00	0,00
Alienações			0,00	0,00
Transf. E abates			0,00	0,00
Outras variações			0,00	0,00
Saldo final			1.454.182,05	1.454.182,05
Quantia Escriturada	0	0	1.817.291,47	1.817.291,47

4.4 Outras Informações

A Instituição não apresenta à data de 31 de dezembro de 2017, quaisquer restrições de titularidade de ativos, nem ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Também não apresenta quaisquer compromissos contratuais assumidos para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Não existem atualmente, itens do ativo fixo tangíveis valorizados por reavaliações efetuadas.

A Instituição não possui bens que possam ser classificados como bens do património histórico, artístico e cultural.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Instituição não possui à data de 31 de dezembro de 2017 bens considerados intangíveis.

6. CUSTOS DOS EMPRESTIMOS OBTIDOS

Existem valores desta natureza registados à data do balanço. Estes valores são referentes a um empréstimo bancário contratualizado com o Banco BIC, a uma conta caucionada existente na mesma entidade e ao saldo credor da conta à ordem existente.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Passivos		

Financiamentos Obtidos – Instituições de Crédito	969,40€	14.809,92€
Financiamentos Obtidos – Contas Caucionadas	100.000,00€	90.000,00€
Locações Financeiras – Contrato Leasing	0,00€	0,00€
Financiamentos Obtidos – Contas D.O. credoras	31.567,25€	0,00€
Total	132.536,65€	104.809,92€

7. INVENTÁRIOS

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. A forma de custeio usada foi o FIFO.

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	2017			2016		
	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos
Existências Iniciais	0,00	432,26	0,00	0,00	589,61	0,00
Compras	0,00	48.061,50	0,00	0,00	46.447,69	0,00
Autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reg. Existências	0,00	-12.544,02	0,00	0,00	-34.432,16	0,00
Existências Finais	0,00	496,28	0,00	0,00	432,26	0,00
Custo do Período	0,00	35.453,36	0,00	0,00	12.172,88	0,00

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contabilísticas para reconhecimento do rédito

O rédito, proveniente das prestações de serviços efetuadas pelas Entidade, é contabilisticamente reconhecido, pelo valor a receber dos clientes, à data da prestação do serviço.

8.2 Quantia significativa de rédito reconhecida durante o período

À data do balanço o rédito apresentado era composto pelos valores provenientes de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2017			2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior

Venda de bens	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Prestação de serviços	82.510,75	8,08%	7,87%	76.494,00	7,60%	-1,83%
Subsídios à exploração	775.565,87	75,99%	2,42%	757.215,75	75,25%	4,79%
Reversões	0	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Rend.	162.547,67	15,93%	-5,78%	172.524,46	17,15%	-33,36%
Juros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Totais	1.020.624,29	100,00%	1,43%	1.006.234,21	100,00%	-5,02%

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não foram registadas pela Entidade provisões, passivos contingentes e ativos contingentes durante o exercício económico de 2017 e 2016.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo destinados ao financiamento da atividade encontram-se registados como rendimentos operacionais pelo valor nominal das verbas atribuídas e reconhecidos de acordo com o ano civil a que respeitam.

Deste modo, as verbas atribuídas pelo Estado destinadas ao financiamento da atividade, subdividiram-se, para os anos 2017 e 2016, do seguinte modo:

Subsídios à Exploração	Resp. Social	2017	2016	Diferença
ISS, IP - CDSS Santarém	CAO	496.995,38	485.057,16	11.938,22
DGESTE – M. Educação	Educativa	131.468,87	175.873,32	-44.404,45
IEFP	Form. Prof.	127.522,71	63.873,25	63.649,46
IEFP - Apoio Contratação	Comum	19.578,91	23.275,32	-3.696,41
Subs. Outras Entid.- CMO	Comum	0,00	9.136,70	-9.136,70
Total		775.565,87	757.215,75	18.350,12

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Base de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compensação das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Clientes e utentes
- Fornecedores
- Outras dívidas a receber
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

11.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais

A composição desta rubrica no final do exercício económico de N era a seguinte:

Rubricas / Fundo Social	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	114.581,45			114.581,45
Excedentes Técnicos	0,00			0,00
Reservas	41.954,67			41.954,67
Resultados transitados	449.516,03		-43.836,34	405.679,69
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	1.090.810,30		-38.570,43	1.052.239,87
Resultado líquido do período	-43.836,34	2.712,60		-41.123,74
Total	1.653.026,11	2.712,60	-82.406,77	1.573.331,94

11.3 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados, incluem remunerações, subsídios de alimentação, subsídios de Férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios inerentes à cessação de emprego, resultantes do regime jurídico do fundo de compensação do trabalho (FCT), do mecanismo equivalente (ME) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) encontram-se reconhecidos de acordo com o estipulado na Lei 70/2013 de 30 de agosto. De acordo com a legislação aplicável o FCT é um fundo de capitalização registado como Investimento Financeiro e o FGCT é um fundo de natureza mutualista registado como gasto do período.

Os gastos globais suportados pela Entidade, foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	2017	2016	Diferença
Remunerações Pessoal	607.636,49	605.301,13	2.335,36
Enc. sobre Remunerações	123.351,11	123.521,13	-170,02
Seguros de Acid. Trabalho	5.031,72	2.297,94	2.733,78
Outros Custos com Pessoal	5.732,06	6.914,55	-1.182,49
Total	741.751,38	738.034,75	3.716,63



Número médio de empregados

Descrição	Pessoas ao serviço	
	Nº médio pessoas 2017	Nº médio pessoas 2016
Pessoas ao serviço, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas remuneradas ao serviço	42	47
Pessoas não remuneradas ao serviço	0	0
Pessoas ao serviço por tipo de horário:		
A tempo completo	42	47
A tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço, por sexo:		
Homens	6	9
Mulheres	36	38

Órgãos Diretivos

Os órgãos diretivos da Instituição, de acordo com os estatutos colaboram diretamente na gestão da mesma, em regime de voluntariado, não sendo por isso remunerados.

13. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

14. AGRICULTURA

Não aplicável.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os valores registados à data do balanço e refletidos na consolidação dos valores apurados pelas diversas Entidades, na conta de Estado e Outros Entes Públicos, foram os seguintes:

Estado e Outros Entes Públicos	2017	2016
Imposto s/ Rendimento	0,00	0,00
Retenção Impostos s/ Rendimento	7.267,96	8.506,50
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	17.150,90	25.792,62
Outros impostos		
Total	24.418,86	34.299,12

16.2 Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Diferimentos	2017	2016
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	5.574,37	3.036,17
Total	5.574,37	3.036,17
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rend. a Reconhecer	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2017	2016
Devedores por acréscimo de rend.	0,00	0,00
Outros devedores	663,49	5.574,37
Total	663,49	5.574,37

16.4 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2017	2016
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	94.120,27	102.425,45
Outros credores	1.693,08	154,02
Total	95.813,35	102.579,47

16.5 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores da rubrica de caixa e depósitos bancários da Entidade, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	5.536,54€	3.040,80€
Depósitos à ordem	34.668,47 €	28.863,23 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	40.205,01 €	31.904,03 €

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

16.6 Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados no exercício económico de 2017 e 2016 foram os seguintes:

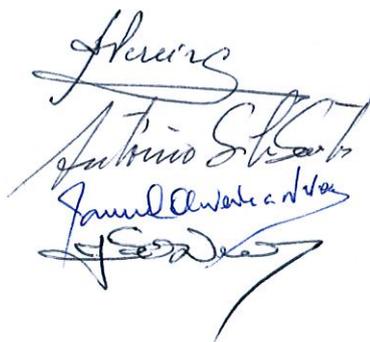
Fornec. Serviços Externos	2017	2016	Diferença
Subcontratos	0	0	0
Serviços Especializados	52.386,94	61.980,30	-9.593,36
Materiais	9.146,90	11.655,67	-2.508,77
Energia e Fluídos	87.126,69	90.086,74	-2.960,05
Des., Estadas e Transp.	613,56	1.008,17	-394,61
Serviços Diversos	24.703,77	23.444,21	1.259,56
Despesas com Utentes	1034,36	627,18	407,18
Total	175.012,22	188.802,27	-13.790,05

16.7 Descrição das responsabilidades da Entidade por garantias prestadas

Informação não aplicável à Instituição.

Fátima, 24 de Maio de 2018

A Direção,



A Contabilista Certificada

N.º77014

